



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A EDUCAÇÃO PARA AS CRIANÇAS: COMPONENTES PARA A ORGANIZAÇÃO DA ATIVIDADE PEDAGÓGICA

Adélia Mara Schmitt Aguiar - PÓLIS CIVITAS/SEMED
Eliane Theinel Araujo Silva - PÓLIS CIVITA/SEMED
Elizane Cordeiro Severino da Rocha- UNIOESTE/SEMED
Janaina Damasco Umbelino – UNIOESTE
Nássara Regina Claro Renosto - UNIOESTE/SEMED
Rosane Aparecida Brandalise Corrêa - UNIOESTE/SEMED

RESUMO

Este painel tem como objetivo discutir os componentes da atividade pedagógica promotora do desenvolvimento omnilateral das crianças da Educação Infantil e Anos iniciais, a partir de referenciais marxistas como a Teoria Histórico-Cultural, a Teoria da Atividade e a Pedagogia Histórico-Crítica. O primeiro texto, “A concepção de avaliação na educação infantil à luz da teoria histórico-cultural: limites e perspectivas dos trabalhos acadêmicos”, apresenta a análise de 4 (quatro) pesquisas sobre o processo de avaliação na Educação Infantil, sendo duas teses e duas dissertações, com o objetivo de compreender como a avaliação é discutida em cada uma delas. O segundo texto, “A organização do ensino promotor do desenvolvimento – as possibilidades da atividade orientadora de ensino”, analisa a relação entre desenvolvimento humano, aprendizagem e ensino, enfatizando a importância da Atividade Orientadora de Ensino (AOE) como mediadora no processo educativo. O terceiro texto deste Painel, “Educação Infantil em formação: ações didático-pedagógicas relatos da articulação entre a teoria e a prática”, discute uma proposta de um curso de formação para professores da Educação Infantil, em um município do Oeste do Paraná. Em cada um dos textos apresentados destaca-se um componente da atividade pedagógica: a avaliação, o planejamento e a atividade principal da criança, demonstrando a importância de pensar uma organização de ensino intencional e fundamentada teórica e metodologicamente para a promoção do desenvolvimento das crianças. Acreditamos que essas discussões contribuirão para pensar a relação entre ensino e aprendizagem, contribuindo para o processo de humanização em instituições de ensino voltadas ao atendimento às crianças.

Palavras-chave: Organização do Ensino. Teoria Histórico-Cultural. Desenvolvimento humano.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A CONCEPÇÃO DE AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL À LUZ DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL: LIMITES E PERSPECTIVAS DOS TRABALHOS ACADÊMICOS

Nássara Regina Claro Renosto - UNIOESTE/SEMED
Janaina Damasco Umbelino – UNIOESTE

RESUMO

O presente trabalho busca analisar quatro pesquisas selecionadas que tiveram como objetivo compreender como a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil vem sendo discutida no campo acadêmico e como sua concepção é construída a partir da Teoria Histórico-Cultural. A discussão sobre avaliação no âmbito da Educação Infantil torna-se fundamental diante da compreensão do caráter educacional dessa etapa da educação brasileira que precisa garantir suas especificidades no planejamento e na organização do ensino. Utilizando duas bases de dados de teses e dissertações, selecionamos como descritores de busca: avaliação, educação infantil e Teoria Histórico-Cultural, com intuito delimitar com mais precisão os trabalhos que se alinham aos objetivos da pesquisa. A revisão de literatura resultou em quatro trabalhos, sendo duas teses e duas dissertações, que foram analisados sem o objetivo de compará-los, mas sim de compreender como a avaliação é discutida em cada um deles. A análise dos trabalhos concluiu que apesar da quantidade de pesquisas não ser expressiva, a qualidade das discussões pode contribuir de forma significativa com a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, colocando-a a serviço do processo de ensino e aprendizagem.

Palavras-chave: Avaliação, Educação Infantil, Organização do Ensino.

INTRODUÇÃO

A Educação Infantil é objeto de pesquisa e de desenvolvimento de políticas públicas há algumas décadas. Antes mesmo da Constituição Federal – CF, de 1988, colocá-la como um direito social, e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, de 1996, instituí-la como primeira etapa da Educação Básica, já havia preocupações sobre o atendimento educacional e institucional para crianças menores de seis anos (GAVA, 2019; MAGALHÃES 2017).

A partir dos estudos de Vigotski e Leontiev, problematizamos o papel da avaliação da aprendizagem no trabalho pedagógico na Educação Infantil, de forma a contribuir qualitativamente com a aprendizagem e desenvolvimento das crianças, desde bebês. Nesse sentido, buscamos realizar uma análise de teses e dissertações em duas bases de dados, para realizar um recorte preciso nos trabalhos que discutem o tema na perspectiva teórica estudada e, posteriormente, estabelecer uma discussão em relação à análise realizada das publicações que foram encontradas.

METODOLOGIA

Quando o atendimento institucional de crianças, desde seu primeiro ano de vida, ganha o status de educação, são muitos os elementos próprios dessa área que precisam ser repensados como Currículo, planejamento de ensino e avaliação da aprendizagem. Consideramos a avaliação da aprendizagem um dos elementos da prática pedagógica na Educação Infantil que precisa ser discutida, principalmente neste momento histórico no qual, no cenário das políticas públicas, a avaliação *na* e *da* Educação Infantil vem sendo debatida entre governo, gestores, professores e pesquisadores. Neste cenário, a pesquisa acadêmica pode contribuir com as reflexões acerca do tema, assim como somar nos enfrentamentos e na defesa de uma Educação Infantil pública de qualidade para uma formação humana *onmilateral*.

A pesquisa ora apresentada parte da análise de conteúdo que busca revisar a produção acadêmica em relação à avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, questionando como a concepção de avaliação se delinea no âmbito da pesquisa. Para compreender o cenário nacional de estudos e pesquisas referente a esse tema, realizamos uma pesquisa sobre os trabalhos acadêmicos da área, utilizando os descritores de busca: avaliação + aprendizagem; avaliação + aprendizagem + educação infantil; avaliação + aprendizagem + educação infantil + teoria histórico-cultural. O recorte temporal foi de 1998 até 2023, devido a publicação do RCNEI que ocorreu em 1998. Tal documento foi um marco legal importante para organização do ensino na Educação Infantil e em sua redação, trouxe orientações pontuais sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil.

Foram utilizadas duas bases de dados para realizar a revisão, a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações, da Capes, e o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT, em ambos utilizamos o recorte temporal de 1998 - 2023. Apesar do recorte temporal ser extenso, representando vinte e cinco anos de publicações, os resultados não foram expressivos no sentido quantitativo. Entendemos que esse fator se dá pela escolha direcionada dos descritores, com recorte do tema, etapa de ensino e concepção teórica que orientou a pesquisa, segue os resultados numéricos do levantamento.

Quadro 1 – Resultado numérico da revisão de literatura

Descritores	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
-------------	---	--

avaliação + aprendizagem	11.372	10.273
avaliação + aprendizagem + educação infantil	269	411
avaliação + aprendizagem + educação infantil + teoria histórico cultural	06	30

Diante do resultado obtido com os três descritores juntos iniciamos a análise dos resumos e, em alguns casos, da introdução dos trabalhos para verificar se o conteúdo deles tinham de fato relação com nosso objetivo de pesquisa. Apresentamos o resultado no quadro abaixo.

Quadro 2 – Resultado numérico da revisão de literatura após leitura dos resumos dos trabalhos

Descritores	Total encontrado	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes - BDTD	
		Possui relação com a pesquisa	Não possui relação com a pesquisa
avaliação + aprendizagem + educação infantil + teoria histórico-cultural	06	03	03
		Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia – IBICT	
	30	02	28

Quanto aos números apresentados na BDTD, após a análise dos resumos e sumários dos seis trabalhos, constatamos que apenas três possuem relação com o recorte estabelecido, no que corresponde à Teoria Histórico-cultural, à Educação Infantil e à Avaliação da Aprendizagem. Os outros três trabalhos divergiam em dois ou mais dos aspectos mencionados.

Referente aos resultados apresentados no IBICT, dos 30 trabalhos resultantes da busca, dois trabalhos demonstraram ter relação com a pesquisa pretendida, sendo que um deles também apareceu na pesquisa realizada na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da Capes. Nessa busca, observou-se que os 28 trabalhos não possuíram relação com a pesquisa, sendo que diversos deles divergiam consideravelmente da temática.

Diante da revisão de literatura apresentada, quando pesquisado nas bases de dados o primeiro descritor, avaliação + aprendizagem, o número é alto, sendo que na primeira base de dados foi de 11.372 e na segunda foi de 10.273. Quando inserimos na busca o descritor “Educação Infantil” esse número diminui consideravelmente, sendo na primeira base de dados o resultado foi de 269 e na segunda de 411. Esse dado pode demonstrar que quando se trata da primeira etapa da educação básica, as pesquisas ainda aparecem em menor quantidade.

Ainda, como uma terceira busca, foi acrescentado as palavras Teoria Histórico-Cultural, pois consideramos ser um recorte importante por se tratar do aporte teórico que será utilizado na pesquisa. Com esse descritor, tivemos o refinamento da busca para 06 (BDTD) e 30 (IBICT) resultados. Diante disso, somando as duas bases de dados, temos um total de quatro trabalhos, o que nos apresenta grande carência de investigações acadêmicas que discutem avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, a partir da Teoria Histórico-cultural.

Os quatro trabalhos selecionados foram duas teses e duas dissertações, que trazem riquíssimas contribuições acerca da avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, enaltecendo seu valor pedagógico e como elemento do trabalho docente para qualificar o ensino e garantir a humanização dos sujeitos desde seus primeiros anos de vida.

REFERENCIAL TEÓRICO

No sentido de tecer um panorama do conteúdo das pesquisas foram analisados os quatro trabalhos resultantes da revisão de literatura. É importante destacar que o objetivo não é comparar as pesquisas, nem mesmo julgar seu conteúdo, mais identificar como as discussões da avaliação da aprendizagem vem sendo realizada no meio acadêmico.

A tese intitulada “Avaliação do processo de ensino e aprendizagem em matemática: contribuições da Teoria Histórico-Cultural” (2008), de Silvia Pereira Gonzaga de Moraes, tem o desenvolvimento da pesquisa direcionada para o componente curricular de matemática nos anos iniciais do ensino fundamental, contudo, o trabalho discute a concepção de avaliação de forma ímpar, atrelando a mesma como uma atividade humana que permitiu aos homens desenvolver-se ao longo da história. Tornando-se desta forma, referência fundamental para discutir a avaliação da aprendizagem em qualquer etapa do ensino.

Partimos do pressuposto que o homem é um ser histórico e social, que, para garantir sua existência, necessita de uma atividade intencional, o trabalho humano, em que transforma a natureza e, ao transformá-la, ele também se modifica. O homem, ao realizar uma ação, ele antes a idealiza. Nesse processo, ele avalia a importância e a possibilidade de execução, quais instrumentos serão utilizados para dar conta dos objetivos, isto é, para assegurar que sua atividade esteja adequada aos fins propostos, recorre a avaliação constantemente. (MORAES, 2008, p. 18)

Ficou evidente no decorrer do trabalho a relação entre avaliação e organização do ensino com vistas ao desenvolvimento humano, ou seja, a autora defende que se a avaliação cumprir com sua função de reflexão da prática pedagógica, o professor, realizando sua atividade de

ensino, conseguirá possibilitar que o aluno realize sua atividade de aprendizagem, promovendo assim seu desenvolvimento.

A partir do Materialismo Histórico-dialético e da Teoria Histórico-Cultural, tendo como objeto de estudo a avaliação da aprendizagem, a pesquisa buscou investigar o significado da avaliação em matemática, respondendo as seguintes perguntas: qual o significado da avaliação na atividade de ensino? Qual a qualidade da aprendizagem que a atividade de ensino proporciona ao professor e ao aluno? Como acompanhar o processo de apropriação do conhecimento dos aprendizes?

Como metodologia, realizou-se uma oficina pedagógica de matemática, com professoras que atuam nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Foi utilizado o método de *isolado* que buscou avaliar o processo de apropriação do conhecimento matemático das professoras no decorrer das oficinas em movimento. Para tanto, o trabalho foi organizado em cinco partes, sendo que a primeira tratou da concepção de avaliação escolar e sua relação com a prática pedagógica, a segunda parte tratou do desenvolvimento humano, discutindo os conhecimentos teóricos e empíricos em relação à matemática, no terceiro discutiu a teoria da atividade e sua relação com a avaliação escolar, na quarta parte foram apresentados os dados da pesquisa e na quinta e última parte, foram analisados os dados.

Entende-se, portanto, que apesar deste trabalho ser direcionado ao Ensino Fundamental, as discussões sobre avaliação da aprendizagem com base na Teoria Histórico-cultural e as reflexões estabelecidas com a organização do ensino, não só possuem relação com a temática como contribuí significadamente com as reflexões sobre avaliação da aprendizagem na Educação Infantil por considerar e defender que o ensino e seus processos devem considerar os períodos de desenvolvimento da criança.

A tese “Análise da atividade-guia da criança na primeira infância: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições de ensino” (2016), de Giselle Modé Magalhães, por meio de um estudo representativo, defende uma avaliação nas instituições de ensino em formato de análise do período de desenvolvimento, da atividade-guia das crianças.

A pesquisadora, diante de vídeos de seu acervo da pesquisa de mestrado, escolheu a partir de critérios expostos no trabalho, um aluno para realizar o estudo representativo. Diante de todos os dados que possuía, quantificou criteriosamente as ações e operações realizadas pelo aluno e posterior a isso realizou uma análise de seu desenvolvimento, a partir de categorias de

análises definidas e explicadas no decorrer da tese. Logo, seu objeto de estudo foi o processo de desenvolvimento de 1 a 3 anos que “visa identificar elementos para elaboração de uma metodologia de análise do desenvolvimento da atividade-guia na primeira infância a partir do método histórico-cultural de construção do conhecimento” (MAGALHÃES, 2016, p. 12)

Essa avaliação, que ganha um status de análise do desenvolvimento. A pesquisa mostra todos os aspectos do desenvolvimento infantil, evidenciando de forma clara as aprendizagens consolidadas do período anterior, assim como, as premissas da atividade-guia do próximo período sendo gestada. Esse trabalho não discutiu a avaliação da aprendizagem como uma atividade docente, como uma prática pedagógica, apesar de analisar, também, o trabalho da professora e as atividades propostas às crianças, que ocorreram durante a pesquisa.

Em nosso entendimento, o que pauta a avaliação da criança dentro da escola é a análise do desenvolvimento, que não se dá de forma natural e espontânea, mas sim imerso em uma complexa realidade social que deve ser levada em conta. Para tanto, cabe-nos, dentro das instituições de ensino, compreender que o processo de desenvolvimento encerra, por interioridade, os processos pedagógicos que o promovem pela via da aprendizagem. (MAGALHÃES, 2016, p. 12)

A dissertação “A linguagem dos relatórios: uma proposta de avaliação para Educação Infantil” (2007), de Cristina Aparecida Colasanto é fruto de uma pesquisa-ação realizada pela professora em uma instituição de Educação Infantil, com seu grupo de alunos de quatro anos de idade, com objetivo de discutir a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil. A pesquisa desenvolveu-se no Mestrado de Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

A questão central da pesquisa foi: De que forma o relatório de avaliação pode contribuir para compreensão e transformação do processo de ensino-aprendizagem na Educação Infantil? E para responder tal questão o trabalho foi dividido em quatro partes, sendo a primeira uma discussão teórica sobre o desenvolvimento infantil, tendo como fundamento a Teoria Histórico-cultural e discutindo os conceitos de avaliação bancária, avaliação centrada no aluno e avaliação mediadora. Na segunda parte, dedicou-se a retratar a pesquisa, seu contexto, os dados coletados, a apresentação dos documentos analisados. Na terceira parte, apresentou e contextualizou os dois instrumentos avaliativos utilizados na pesquisa, denominados Ficha de Avaliação Individual – FIA e Relatório de Apoio Pedagógico Avaliativo – RAPA. Na quarta parte, ocupou-se em analisar os sentidos e significados produzidos pela linguagem dos relatórios de avaliação.

A pesquisa dedicou-se a analisar, minuciosamente, os dois instrumentos avaliativos selecionados pela pesquisadora e concluiu que a FIA, por ser um instrumento pronto, engessado e que só permite responder com sim, não ou com ajuda, limitava as possibilidades de o professor refletir sobre a avaliação, o desenvolvimento do aluno e o trabalho realizado. Diferente disso, o RAPA é um relatório construído a partir de critérios avaliativos selecionados pela professora, diante do trabalho pedagógico, permite narrar o processo avaliativo como um todo, por meio de um texto descritivo.

O RAPA é um relatório desenvolvido pela pesquisadora como uma possibilidade, não esgotada, de registrar o percurso da aprendizagem e desenvolvimento das crianças. Desta forma, defende ela, é possível realizar a análise do trabalho pedagógico, promover a auto-avaliação das crianças e ser uma importante ferramenta de diálogo entre família e escola. Na última parte da pesquisa, a pesquisadora selecionou alguns relatórios feitos por ela e analisou a linguagem utilizada, demonstrando como a escolha de palavras pode evidenciar suas escolhas pedagógicas. Referente a esse instrumento avaliativo, a pesquisadora conta

Considero que além de acompanhar o processo de ensino-aprendizagem de minha sala de aula, pude proporcionar aos familiares dos meus alunos, a compreensão da aprendizagem-desenvolvimento de suas crianças, nesta etapa da Educação Infantil. Mais do que mil palavras, o que me deixou extremamente sensibilizada foi o retorno desses familiares, durante a leitura dos relatos. Seus olhares, risos, lágrimas, gestos, enfim todos esses indícios serviram para mostrar a mim, enquanto profissional, o quanto os familiares podem se envolver e participar da avaliação de suas crianças, independente da classe social, isso porque, de fato eles “enxergaram” as crianças nos relatórios. (COLASANTO, 2007, p. 90)

O referente trabalho contribui nas discussões acerca dos instrumentos avaliativos na Educação Infantil, já que demonstrou de forma prática todas as relações que envolve a construção desse recurso pedagógico. Ainda que não de forma explícita, relacionou a avaliação com a organização do ensino, o que poderia ser mais explorado no decorrer do trabalho.

A dissertação “Avaliação na Educação Infantil: sentidos atribuídos por professores na creche” (2019), de Fabiana Goveia Gava, de forma reflexiva e crítica buscou analisar o posicionamento de quatro professores que atuam na Educação Infantil do Município de Sorocaba – SP, em relação à avaliação da aprendizagem diante de um contexto particular do município que é a implementação de uma normativa para essa etapa de ensino intitulada “Diretrizes para a documentação pedagógica na educação infantil na rede municipal de Sorocaba”.

A implementação desse documento, segundo a pesquisadora, busca superar a Ficha de Avaliação de Desempenho do Aluno – FADA, que se caracterizava por ser classificatória, para implementação de um relatório individual sobre a aprendizagem e desenvolvimento da criança, que buscava uma avaliação mediadora e processual. Contudo, no decorrer do trabalho a autora discorre sobre as dificuldades, desafios e problemas enfrentados para que tal processo ocorra, como a falta de recursos materiais, quantidade de crianças em sala, precarização na formação continuada, falta de um orientador pedagógico em tempo integral da instituição, entre outros.

A pesquisadora entende que a avaliação vai além do momento presente em verificar se as crianças se apropriaram, ou não, de determinado conhecimento. Para ela, a avaliação tem vistas ao futuro, ao planejamento e ao direcionamento que a Educação Infantil terá,

é na articulação da avaliação da oferta (avaliação institucional) com a avaliação na educação infantil (avaliação da aprendizagem e desenvolvimento) que possivelmente podem ser direcionados os caminhos que a instituição de educação infantil deva perseguir em busca de uma educação pública de qualidade a todas as crianças. (GAVA, 2019, p. 171)

A dissertação foi dividida em três partes, sendo a primeira parte um minucioso estudo histórico e legal da Educação Infantil, desde sua gênese até os dias atuais, perpassando pela legislação brasileira até uma reflexão crítica das influências do neoliberalismo na Educação Infantil. A segunda parte, ocupou-se de esclarecer os percursos metodológicos da pesquisa e a terceira parte evidenciou os seus resultados.

Diante da leitura dos trabalhos apresentados, observamos que a avaliação da aprendizagem na Educação Infantil, no contexto da sala de aula, é importante e necessária como uma atividade docente que caminha junto com a organização do ensino. É uma atividade que demanda planejamento e reflexão constante para não perder sua função de acompanhamento da aprendizagem e desenvolvimento das crianças e tornar-se um processo burocrático, técnico com finalidades quantitativas, ou mesmo um instrumento de controle frente às políticas públicas.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Diante da análise realizada percebeu-se que em menor ou maior medida todos os trabalhos discutem a relação da avaliação da aprendizagem com os conceitos da Teoria Histórico-Cultural, considerando o desenvolvimento da criança como aspecto fundamental para a organização do ensino. Com isso, entendemos que, nessa dimensão, os trabalhos entendem a

avaliação conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil – DCNEI (2009), na medida em que contribui qualitativamente com a construção de uma avaliação da aprendizagem promotora de desenvolvimento, com a clareza que esse desenvolvimento não é linear e evolutivo, conforme defende Vigotski (2000, p. 156), ao afirmar que:

Debemos señalar, finalmente, que el nexo entre el desarrollo natural, el comportamiento del niño que se basa en la maduración de su aparato orgánico, y de aquellos tipos de desarrollo de los que hemos hablado no es un nexo de carácter evolutivo, sino revolucionario: el desarrollo no se produce por la vía de cambios graduales, lentos, por una acumulación de pequeñas peculiaridades que producen en su conjunto y al final alguna modificación importante. Ya desde el mismo principio el desarrollo observado es de tipo revolucionario. Dicho de otro modo, observamos la existencia de cambios revolucionarios con los evolutivos no es indicio que excluya la posibilidad de aplicar a ese proceso el concepto de desarrollo.

Tomando o desenvolvimento como revolucionário e não evolutivo, ele se torna um processo único para cada sujeito e, diante disso, a avaliação deve ocupar-se em observar, acompanhar e registrar esse percurso, de modo que auxilie na qualificação do trabalho pedagógico. Nesse sentido, entendemos que não cabe para Educação Infantil avaliações padronizadas que tentam medir as aprendizagens e quantificar as conquistas das crianças de zero a cinco anos.

As pesquisas também problematizaram essa questão quando discutem os instrumentos avaliativos utilizados na Educação Infantil, que a depender da sua organização revelam a concepção de avaliação, aprendizagem e desenvolvimento humano impressa neles. Portanto, deve-se ter clareza dos processo educativos para ser possível pensar em processos e instrumentos avaliativos que não distorcem as características da Educação Infantil ou as levem para o contexto do Ensino Fundamental.

Como forma de organizar e sintetizar as análises referentes às pesquisas elencadas nesse trabalho, organizamos um quadro que demonstra como cada pesquisa demonstra sua compreensão sobre as finalidades da avaliação e quais os conhecimentos produzidos contribuem para as reflexões acerca da temática apresentada.

Quadro 3 – Síntese

Pesquisa	Finalidade da Avaliação	Contribuições para a Avaliação na Educação Infantil
A linguagem dos relatórios: uma proposta de avaliação na Educação Infantil (2007).	Compreender o processo de ensino e aprendizagem considerando todos os aspectos do contexto social e cultural, assim como todos os	Propõe a elaboração de um relatório avaliativo denominado Relatório de Apoio Pedagógico Avaliativo – RAPA, construído a partir de critérios elencados diante

	<p>sujeitos envolvidos na prática pedagógica.</p>	<p>do trabalho pedagógico realizado com as crianças. Busca problematizar e superar instrumentos avaliativos padronizados que pouco revelam o processo de ensino e aprendizagem. Defende uma avaliação colaborativa entre todos os sujeitos envolvidos, sobretudo o diálogo entre família e escola.</p>
<p>Avaliação do processo de ensino e aprendizagem em Matemática: contribuições da teoria histórico-cultural (2008).</p>	<p>A avaliação deve contribuir no processo de ensino e aprendizagem com vistas a atingir as máximas possibilidades de desenvolvimento humano.</p>	<p>Desvela a avaliação da aprendizagem como parte da organização do ensino que deve possibilitar a análise qualitativa entre “a atividade de ensino elaborada pelo professor e a atividade de aprendizagem realizada pelos alunos” (MORAES, 2008, p. 60). Ou seja, a avaliação não está centrada nos resultados, no produto da aprendizagem e sim no processo que possibilite o professor a observar o processo de aprendizagem das crianças e repensar seus processos de ensino.</p>
<p>Análise da atividade-guia da criança na primeira infância: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições de ensino (2016).</p>	<p>A avaliação deve ocupar-se em analisar o desenvolvimento da criança, de forma que torne possível propor ações de ensino que possibilite a complexificação desse desenvolvimento.</p>	<p>Demonstra como é possível observar e analisar o desenvolvimento da criança por meio de categorias que evidenciem suas aprendizagens e possibilite ao professor planejar uma correta organização de ensino que ofereça as melhores condições para a complexificação do desenvolvimento das crianças.</p>
<p>Avaliação na Educação Infantil: sentidos atribuídos por professores na creche (2019).</p>	<p>A avaliação deve ser um instrumento de observação e acompanhamento do trabalho pedagógico e do processo de aprendizagem e desenvolvimento das crianças sem descolar de todas as determinações sociais, histórias, culturais e políticas.</p>	<p>Contextualiza a avaliação da aprendizagem para além da sua função pedagógica, demonstrando como o contexto político e econômico interfere no contexto da sala de aula, no trabalho do professor e consequentemente no processo de avaliação. A partir de uma análise de instrumentos avaliativos de uma rede municipal de ensino e da compreensão dos professores sobre o processo, argumenta que a avaliação da aprendizagem precisa vincular-se ao currículo e planejamento de ensino.</p>

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir dos dados extraídos das pesquisas analisadas



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

O quadro acima parte da compreensão que tivemos ao realizar a leitura das pesquisas. Entendemos que todas possuem proximidades na compreensão sobre as finalidades da avaliação da aprendizagem como instrumento que qualifica a prática pedagógica e cada uma traz uma contribuição na construção do conhecimento sobre avaliação. Outro fator que merece destaque é que, em todos os trabalhos, é problematizado a padronização de avaliações para Educação Infantil que volta-se apenas aos resultados da aprendizagem, defendendo que a avaliação deve ocupar-se dos processos de ensino e aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise revelou que as pesquisas sobre avaliação na Educação Infantil, sob a perspectiva da Teoria Histórico-Cultural, ainda são carentes em relação ao todo de pesquisas sobre Educação Infantil. Os quatro trabalhos analisados se destacaram como grandes contribuições para se construir uma concepção de avaliação da aprendizagem que vise o desenvolvimento humano, um campo que precisa ser investigado.

Outro aspecto importante a ser destacado são os limites técnicos do levantamento em relação ao uso das ferramentas de pesquisas que podem não expressar toda a materialidade de trabalhos que possam existir sobre a temática, com o recorte temporal, teórico e de etapa de ensino. Isso se deve ao próprio limite de base de dados escolhidas e de tipos de publicações, mas que se fez necessário para que a pesquisa se tornasse possível.

Observamos, ainda, que alguns trabalhos enfatizaram a relação entre avaliação da aprendizagem, organização do ensino e desenvolvimento humano. Entendemos que essa articulação necessita ser melhor discutida e difundida, na defesa de uma avaliação da Educação Infantil voltada aos processos de desenvolvimento, negando assim, o ato de avaliar os resultados da aprendizagem, transformando em produto o processo educativo de crianças de zero a cinco anos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988**. Brasília: Centro gráfico do Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 15 abr. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB n° 05/2009, de 17 de dezembro de 2009**. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil. Brasília, MEC, 2009.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2298-rceb005-09&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL. **Lei n. 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília, 1996. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm Acesso em: 15 mai. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil**. 1998 – Brasília: MEC/SEF, 3v.: il. Volume 1: Introdução. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf Acesso em: 17 mai. 2024.

COLASANTO, C. A. **A linguagem dos relatórios: uma proposta de avaliação na Educação Infantil**. Dissertação (Mestrado em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

GAVA, F. G. **Avaliação na Educação Infantil: sentidos atribuídos por professores na creche**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba – SP, 2019.

MAGALHÃES, G. M. **Análise da atividade-guia da criança na primeira infância: contribuições da Psicologia Histórico-Cultural para a avaliação do desenvolvimento infantil dentro de instituições de ensino**. 2016. 162 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) - Universidade Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho. Araraquara - SP, 2016.

MORAES, S. P. G. **Avaliação do processo de ensino e aprendizagem em Matemática: contribuições da teoria histórico-cultural**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

VYGOTSKI, L. S. **Obras escogidas**. Tomo III. Madrid: Visor, 2000.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A ORGANIZAÇÃO DO ENSINO PROMOTOR DO DESENVOLVIMENTO – AS POSSIBILIDADES DA ATIVIDADE ORIENTADORA DE ENSINO

Rosane Aparecida Brandalise Corrêa -UNIOESTE/SEMED
Janaina Damasco Umbelino - UNIOESTE

RESUMO

Pensar a relação entre aprendizagem e desenvolvimento humano e é condição para uma atividade pedagógica voltada ao desenvolvimento das máximas potencialidades do sujeito. Com este objetivo o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Pedagógica (GEPAPe) concentra-se em promover o desenvolvimento do pensamento teórico nos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, fundamentando-se na Teoria Histórico-Cultural e na Teoria da Atividade. A investigação, que aqui apresentamos, analisa a relação entre desenvolvimento humano, aprendizagem e ensino, enfatizando a importância da Atividade Orientadora de Ensino (AOE) como mediadora no processo educativo. Estudos de Sforni (2003) e Nascimento (2010) são analisados, demonstrando que a AOE deve motivar os estudantes e desenvolver habilidades como reflexão e análise. A AOE, baseada em necessidades, motivos, objetivos, ações e operações, organiza o ensino por meio de situações desencadeadoras de aprendizagem. Nossa pesquisa ressalta que a atividade pedagógica deve ser planejada e intencional, atendendo às necessidades individuais dos estudantes e mobilizando as funções psíquicas superiores, com avaliação contínua e formativa para ajustar metodologias e práticas pedagógicas.

Palavras-chave: Organização do ensino, Pensamento teórico, Atividade pedagógica.

INTRODUÇÃO

A escola mantém-se como um ambiente de mediação cultural e produção de trabalho imaterial, que abrange ideias, conceitos e valores próprios do ato educativo, caracterizado por um processo intencional e planejado. Porém, o cenário de baixo rendimento escolar, evidenciado pelas avaliações externas¹, nos dá indicativos que os processos de ensino e aprendizagem precisam ser analisados. Tais resultados nos motivaram a refletir sobre a prática pedagógica desenvolvida em sala de aula e como a organização do ensino contribui para a formação do pensamento teórico dos estudantes.

Considerando que o Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Pedagógica - GEPAPe - concentra suas pesquisas na organização do ensino que promove o desenvolvimento do pensamento teórico e fundamenta suas investigações nos princípios teórico-metodológicos

¹ A avaliação externa é também denominada avaliação sistêmica ou em larga escala. Sistêmica, quando se refere a uma rede ou sistema de ensino, o que ocorre, na maioria dos casos. Em larga escala, quando envolve grande número de estudantes.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

da Teoria Histórico-Cultural, problematizamos essa pesquisa com a seguinte pergunta: Como os pesquisadores do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Atividade Pedagógica (GEPAPe), propõem uma organização do ensino promotora do pensamento teórico nos estudantes dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental?

Nosso estudo se aprofundou na Teoria da Atividade para entender como ela se relaciona com a atividade pedagógica, compreendendo o conceito de Atividade e de Atividade de Estudo, incluindo seu conteúdo e estrutura. Demonstramos, com base na Teoria Histórico-Cultural, as implicações da Atividade de Estudo no desenvolvimento do pensamento teórico nos estudantes em idade escolar. Por fim, analisamos o processo de construção coletiva, científica e humanizadora do Grupo de Estudos e Pesquisa sobre a Atividade Pedagógica e suas relações com a atividade pedagógica, compreendendo como o trabalho coletivo influencia na prática educativa.

A relevância desta pesquisa reside no entendimento que a escola pública desempenha uma função social específica: ensinar o conhecimento científico e desenvolver o pensamento teórico, ao longo do processo de humanização. Este processo não é espontâneo, mas resultado de uma organização intencional e planejada do ensino, manifestada por meio das tarefas escolares propostas.

Nesse contexto, é fundamental reconhecer que na sala de aula os processos de ensino e de aprendizagem são de responsabilidade do docente e a atividade de ensino envolve, não somente transmitir conhecimento, mas também organizar o ensino de maneira planejada e intencional garantindo a objetivação da atividade do professor, por meio de ações e operações que oportunizem a aprendizagem do conceito.

METODOLOGIA

Para responder ao problema e alcançar o objetivo definiu-se como metodologia para esta pesquisa, a realização de estudos teóricos fundamentados em autores da Teoria Histórico-Cultural. Esses estudos possibilitaram o entendimento das bases psicológicas e pedagógicas que sustentam o desenvolvimento e a aprendizagem humana no contexto cultural, histórico e social. Além desses estudos, procedemos uma verificação das teses e dissertações produzidas pelos membros do GEPAPe, no período de 2002 a 2022; entrevista com o fundador do Grupo e pesquisadores que participaram desde o seu início, mesmo antes do seu registro como Grupo



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

de Pesquisa no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), a seleção das pesquisas que versam sobre a organização do ensino e o desenvolvimento do pensamento teórico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, além de analisar a produção científica e acadêmica dos membros do GEPAPe sobre a atividade pedagógica, centrando nossa análise nas pesquisas que abordam uma organização do ensino promotora do desenvolvimento.

REFERENCIAL TEÓRICO

Leontiev (1978) fundamenta suas concepções sobre as interações entre a atividade humana e a consciência, valendo-se dos princípios do marxismo, e conceitua a atividade como a unidade elementar da experiência humana, cujo propósito central reside na orientação do indivíduo no mundo objetivo.

Como ponto de partida para nossa explicação, a atividade desempenha um papel importante em como nós, seres humanos, nos relacionamos com o mundo que nos cerca e com outros indivíduos. Além disso, a atividade visa satisfazer as necessidades do indivíduo, promovendo assim seu desenvolvimento integral e assegurando a produção e reprodução de sua vida material.

Para encontrar respostas à questão central de nossa investigação, consideramos a Teoria da Atividade um referencial teórico vital para a compreensão do desenvolvimento psíquico humano sob o olhar histórico-cultural. Originária da psicologia soviética e enriquecida pelas contribuições de intelectuais como Vigotski e Leontiev, a Teoria da Atividade mostra-se fundamental para a análise e interpretação dos processos educativos, tanto de ensino quanto da aprendizagem, e é essencial na orientação das práticas pedagógicas.

Leontiev (2017) explica que a atividade humana tem origem em necessidades que geram motivos direcionados a um objeto específico. O ciclo que estabelece desde a necessidade até o objeto é completo quando essa necessidade é satisfeita, e esse objeto pode ser concreto ou conceitual. Para atingir esses objetivos, ações são necessárias. O objetivo deve sempre estar alinhado com o motivo geral da atividade, porém, as condições concretas da atividade determinam as operações associadas a cada ação.

Na Teoria Histórico-Cultural, a educação é compreendida como um processo social e cultural fundamental na formação humana, e a aprendizagem é mediada pelas relações sociais

e pelo uso de instrumentos simbólicos, que envolvem a linguagem, a arte, a ciência e outros conhecimentos que devem ser transmitidos e apropriados pelos estudantes.

Essa finalidade da educação ocorre por meio da Atividade Pedagógica, que para Umbelino (2021, p. 91) é “entendida como a unidade entre a atividade de aprendizagem do estudante e a atividade de ensino do professor”, que se consolida por meio da atividade laboral do professor. Bernardes (2012, p. 84), completa dizendo que “trata-se de uma particularidade da *práxis*, uma vez que a Atividade Pedagógica pode ser entendida como uma atividade coletiva e de transformação dos sujeitos”.

O processo de aprendizagem precisa garantir a realização de ações conscientes, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento teórico do estudante. O motivo principal para os estudantes na atividade de aprendizagem deve ser a apropriação de conhecimentos.

Diante disso, procuramos estabelecer nexos com as investigações do GEPAPe, que consistem em compreender a Atividade Pedagógica e a forma de organização do ensino que promova o desenvolvimento do pensamento teórico do estudante, guiadas pelos princípios da Teoria da Atividade e da Teoria Histórico-Cultural.

Moura (2005), corrobora afirmando que:

[...] as pesquisas e estudos desenvolvidos no GEPAPe têm como ponto de partida a atividade humana relacionada ao movimento de aprendizagem dos professores e estudantes nas relações educacionais, bem como dos espaços em que se constituem as atividades pedagógicas (MOURA, 2005, p. 4).

Em busca de superação das desigualdades e de uma maior humanização para todos os indivíduos, o GEPAPe tem como ponto de partida a atividade humana relacionada ao processo de aprendizagem dos professores e dos estudantes nas relações educacionais. Isso significa que a temática central dessas pesquisas é entender como ocorre o movimento de aprendizagem e desenvolvimento dos envolvidos na atividade pedagógica. Ao considerar a atividade humana como ponto de partida, o GEPAPe busca compreender e aprimorar as práticas pedagógicas, levando em conta tanto as perspectivas dos professores quanto dos estudantes. E, para Araújo e Moraes (2017, p. 52),

A Atividade Pedagógica é compreendida como o trabalho educativo sistemático e intencional com as objetivações humanas genéricas nas diferentes esferas da vida, contribuindo para que estas sejam apropriadas pelas novas gerações, apresenta-se como determinante para formação da personalidade.

Concordamos com as autoras quando afirmam que por meio da atividade pedagógica, ocorre a transmissão e a construção coletiva do conhecimento, bem como o desenvolvimento integral dos indivíduos e sua participação ativa na sociedade. A Atividade Pedagógica apresenta

contribuições no desenvolvimento humano de quem ensina e de quem aprende, ou seja, aprendemos a ser humanos pelas atividades que desenvolvemos coletivamente.

Nesse sentido, pontuamos que a atividade de ensino e de aprendizagem requer elementos fundamentais para que ocorra de forma integral. Primeiramente, temos o professor, que desempenha um papel fundamental na organização do ensino. Em contrapartida, os alunos são o objeto do processo de ensino, trazendo consigo suas vivências, necessidades e motivações. Além disso, o conteúdo a ser ensinado e aprendido é um elemento central, abrangendo a formação de conceitos, generalização, análise, síntese, raciocínio teórico, pensamento lógico, como foco da instrução.

Os modos de organizar o ensino também desempenham um papel fundamental, delineando a maneira como o conteúdo é apresentado e os estudantes são envolvidos nesse processo. Por último, é importante enfatizar que simplesmente envolver o estudante em uma ação não é suficiente para que ocorra a aprendizagem. Nessa relação, é essencial, professor e estudante tornarem-se sujeitos da atividade durante o processo de desenvolvimento. Portanto, pensar nos elementos que compõem a atividade de ensino, significa dizer que ensinar vai além da transmissão dos conteúdos, abrangendo não apenas o aspecto cognitivo, mas também o social, emocional e o cultural.

Se pensamos em uma organização do ensino que seja promotora do desenvolvimento, antes de iniciar o planejamento de ensino e estabelecer as tarefas de aprendizagem específicas, é essencial realizar uma análise minuciosa do conteúdo. Moura (2002, p. 148), enfatiza que “o conteúdo é o objetivo social tornado possível em sala de aula”, isto é, o conteúdo não é apenas um conjunto de informações a serem repassadas, mas sim o objetivo social concretizado dentro do ambiente de sala de aula. É necessário, portanto, identificar a necessidade humana que o originou. Neste contexto, Sforzi (2017) propõe uma reflexão aprofundada sobre o conteúdo, levantando questionamentos críticos que auxiliam na determinação de sua relevância e na forma como ele deve ser abordado didaticamente:

[...] esse conceito permite compreender e atuar sobre quais fenômenos? Quais práticas já vivenciadas podem ser explicadas pelo conceito a ser ensinado? Que perguntas, problemas ou situações podem ser mobilizadoras no pensamento dos estudantes para criar neles o motivo de estudo do conceito (SFORZI, 2017, p. 92)?

Diante dessas reflexões e de posse do conteúdo, definir os objetivos de aprendizagem, o encaminhamento metodológico e os recursos auxiliares fazem parte dos elementos da organização do planejamento de ensino. Além desses componentes, o processo de ensino requer uma construção coletiva e intencional com a participação de todos os estudantes, mediada pelas

intervenções apropriadas do professor estabelecendo um ambiente em que as contribuições dos estudantes sejam valorizadas e o conhecimento seja construído de forma colaborativa.

É essencial que o professor conheça as diferentes necessidades de aprendizagem dos estudantes e organize o ensino de forma que atenda aos contextos individuais, que mobilize as funções psíquicas superiores, colocando o estudante em atividade. Além disso, que compreenda o desenvolvimento psíquico do estudante, aliando desta forma a relação entre a teoria e a prática, a fim de criar motivos para o seu aprendizado. Sforzi (2017, p. 92) corrobora afirmando que “a criação de motivos para aprender também é algo que faz parte do planejamento de ensino”.

Outro elemento imprescindível da atividade de ensino é planejar ações que desenvolvam o pensamento teórico dos estudantes. Incluir o contexto sociocultural ao processo educativo, demonstra que o professor conhece a diversidade dos estudantes que compõem a sua turma, pensando que cada um é um ser único e com potencial para o desenvolvimento, evidenciando o vínculo afetivo entre professor e estudantes nos processos de ensino e de aprendizagem.

Por fim, a avaliação é vista como um processo contínuo e formativo que visa não somente mensurar o conhecimento, mas também orientar e estimular o desenvolvimento contínuo do estudante, ajustando metodologias e práticas pedagógicas para atender as necessidades de aprendizagem.

Esses elementos, tanto pedagógicos quanto psicológicos, quando combinados de forma planejada e intencional podem contribuir para uma prática pedagógica possivelmente, promotora do desenvolvimento integral dos estudantes.

Moura *et al* (2023) esclarecem que, na atividade pedagógica, as ações do professor possuem um propósito específico: orientar-se em direção aos objetivos que ela visa alcançar, isto é, a apropriação dos **conceitos científicos**.

Dessa forma, ao promover a aquisição de **conceitos científicos**, o professor contribui para o desenvolvimento intelectual dos estudantes estimulando capacidades cognitivas superiores, como a capacidade de análise crítica, síntese, reflexão e resolução de problemas. A atividade de aprendizagem é um componente do processo educacional, oferecendo aos estudantes oportunidades práticas e envolventes para adquirir conhecimentos, desenvolver raciocínio e se tornarem aprendizes autônomos e significativos. De que forma esse processo acontece? Como o estudante aprende? Nesse sentido, Moura (1996) deixa claro que:

A atividade de ensino, assumida como núcleo da ação educativa, nos parece ter duas dimensões: a de formação do professor e a de formação do aluno. Ambas têm elementos comuns: a situação-problema, uma dinâmica de solução e uma possibilidade de avaliação. A situação-problema do aluno é a aprendizagem, e a do professor, o ensino. O conjunto de dados para a solução do problema é o nível de desenvolvimento do professor e o do aluno que permitem a articulação destes dados (MOURA, 1996, p. 32).

O autor evidencia neste trecho que a Atividade Pedagógica se desdobra em duas partes essenciais que é a atividade de ensino e a atividade de aprendizagem, que tanto o desenvolvimento do professor, quanto do aluno realizam um papel importante neste processo. O professor tem capacidade de decisão e definição sobre o que ensinar, como ensinar e para quem ensinar. Para este processo se concretizar, a atividade de ensino deve considerar o nível de desenvolvimento do estudante, a priorização dos conteúdos essenciais para cada faixa etária, respeitando a necessidade e os motivos do sujeito que vai aprender de forma coletiva.

Moura *et al* (2010), trazem elementos teóricos que podem servir de base para orientar o trabalho do professor na organização do ensino. A apropriação da cultura intelectual criada pela humanidade efetiva-se por meio da educação escolar, que envolve uma abordagem sistemática, intencional e cuidadosamente planejada para ser objetivada na atividade pedagógica. Esta por sua vez, abarca tanto a ação de ensinar quanto a de aprender.

O autor nos mostra que a Atividade Orientadora de Ensino como uma ação organizada que ocorre em sala de aula possibilita a aprendizagem do aluno, colocando-o em atividade de forma que desenvolva o pensamento teórico, apropriando-se do conteúdo. Essa atividade desempenha um papel central no processo de ensino, pois é responsável por definir os momentos-chave do ensino.

Na relação entre a atividade de ensino e a atividade de aprendizagem existe um elemento que não temos domínio total sobre essa relação, ou seja, a atividade de ensino pensada pelo professor nem sempre é aprendida pelo sujeito que participa dessa relação. Esse elemento que “liga” o ensino e a aprendizagem é a Atividade Orientadora de Ensino.

A Atividade Orientadora, proposta por Moura (1992), desenvolvida por meio de jogos, história virtual e situações emergentes do cotidiano, possui propósito pedagógico e contribuições às ações de ensino, pois mantém o caráter desafiador e problematizador estimulando o aprendizado. Para isso, existe a necessidade de elaborar uma Situação Desencadeadora da Aprendizagem (SDA), para abordar a origem do conceito, ou seja, precisa contemplar a necessidade primordial que impulsionou a humanidade a desenvolvê-lo.

A SDA tem quatro elementos, apresentados por Moura. Cada um deles tem uma finalidade específica no contexto dos processos de ensino e de aprendizagem. O problema desencadeador precisa conter a gênese do conceito e “recriar” a necessidade humana que levou a sua construção. Nesse sentido, por meio do problema desencadeador, o estudante sente-se motivado, provocado a responder, já que apresenta uma situação problema, que precisa ser resolvida pelos estudantes de modo coletivo, com as devidas intervenções do professor. É pelo problema desencadeador que estimula no estudante as necessidades e motivos, mobilizando-os para que encontrem a solução. A organização do espaço que visa a estruturação do ambiente de aprendizagem para estimular as relações sociais e a resolução de problemas, as sínteses necessárias que são elementos que consolidam a compreensão do conceito em pauta, proporcionando uma visão mais completa e a avaliação do acompanhamento que é a verificação contínua do desenvolvimento das crianças na compreensão do conteúdo, promovendo ajustes quando necessário.

No processo de elaboração do Plano de Ensino, é necessário analisar o conteúdo antes de definir as tarefas de aprendizagem, buscando identificar sua essência enquanto instrumento simbólico, conforme explica Sforzi,

[...] esse conceito permite compreender e atuar sobre quais fenômenos? Quais práticas já vivenciadas podem ser explicadas pelo conceito a ser ensinado? Que perguntas, problemas ou situações podem ser mobilizadoras no pensamento dos estudantes para criar neles o motivo de estudo do conceito? (SFORZI, 2017, p. 92).

A autora destaca que o ponto de partida para o planejamento é a análise do objeto de aprendizagem, do sujeito aprendiz e dos processos cognitivos e afetivos que devem ser mobilizados. O professor pode lançar algumas perguntas para iniciar essa análise, como, por exemplo,

Sobre o objeto de aprendizagem. O que é nuclear neste conceito? Ele é um instrumento produzido pelo homem para compreender quais fenômenos da realidade objetiva?” Sobre o sujeito da aprendizagem - “Qual é o nível de desenvolvimento atual e previsão do nível de desenvolvimento esperado para esse grupo de alunos? Quais práticas sociais já vivenciadas pelos alunos podem ser explicadas pelo conceito a ser ensinado?” Sobre os processos afetivo-cognitivos - “Que perguntas, problemas ou situações podem ser mobilizadoras do pensamento dos alunos para criar neles o motivo de estudo do conceito? Que situações podem ser observadas, imaginadas, percebidas por eles por meio deste conceito?” (SFORZI, 2017, p. 92).

Depois dessa análise é possível pensar nas ações de ensino, porque o professor ao compreender o conceito central, consegue eleger o que é nuclear, compreendendo o nível de desenvolvimento de seus estudantes, poderá organizar o conteúdo de acordo com as necessidades desse grupo de crianças e atender individualmente aqueles que precisarem.

Questionar o que os estudantes já sabem sobre o assunto a ser estudado permite ao docente a relação do conhecimento existente com o novo conhecimento a ser ensinado, que pode ser abordado por situações desencadeadoras de aprendizagem que incitem a curiosidade e motivação do estudante, promovendo um ensino efetivo e mobilizador do pensamento teórico do estudante. Desta forma, elaborar ações de ensino que considerem as características específicas do conteúdo, dos estudantes e dos processos cognitivos e afetivos envolvidos, torna-se uma possibilidade para a apropriação do conhecimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Com a finalidade de encontrar referências que respondessem a pergunta problematizadora de nossa pesquisa verificamos as teses e dissertações produzidas pelos membros do GEPAPe, dessas, selecionamos para leitura dos resumos, sumário e introdução, as 26 pesquisas orientadas pelo professor Manoel Oriosvaldo de Moura. Delimitando ainda mais, analisamos as pesquisas que trataram especificamente da organização do ensino, do desenvolvimento do pensamento teórico e com experimento desenvolvido com estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental. Diante disso, selecionamos para análise, uma dissertação e uma tese, que corroboram com o objeto de estudo desta pesquisa nos quesitos: organização do ensino, anos iniciais e pensamento teórico vinculados à Atividade Pedagógica, destacam-se:

- ✓ Carolina Picchetti Nascimento (2010), “A Organização do Ensino e a formação do pensamento estético-artístico na Teoria Histórico-Cultural”;
- ✓ Marta Sueli de Faria Sforzi (2003), "Aprendizagem conceitual e organização do ensino: contribuições da teoria da atividade"

As autoras e suas respectivas pesquisas, foram organizadas alfabeticamente e serão analisadas por meio de isolados. O conceito de isolado, é compreendido nesta pesquisa a partir de Caraça (1951, p.112), que explica que “na impossibilidade de abraçar, num único golpe, a totalidade do Universo, o observador recorta, destaca, dessa totalidade, um conjunto de seres e factos, abstraindo de todos os outros que com eles estão relacionados”.

A dissertação de Carolina Picchetti Nascimento (2010), intitulada "A Organização do Ensino e a Formação do Pensamento Estético-Artístico na Teoria Histórico-Cultural", tem como objetivo principal entender como estruturar o ensino para fomentar o desenvolvimento do pensamento teórico, fundamentando-se na teoria histórico-cultural. A autora busca

promover o pensamento teórico a partir do pensamento estético-artístico na educação física, disciplina que inclui aspectos da cultura corporal e da estética.

A dissertação evidencia a importância da Atividade Orientadora de Ensino (AOE) como mediadora no processo educativo, destacando que o conhecimento surge como resposta às necessidades humanas. Nascimento aponta a AOE como base teórico-metodológica para a organização do ensino, contribuindo para a criação das atividades de ensino e aprendizagem e promovendo a formação do pensamento teórico. A estrutura da AOE, segundo Moura (1996), é a própria gênese do conceito, composta por problemas desencadeadores, a busca de ferramentas intelectuais e a otimização das soluções.

Nascimento (2010), demonstra que a organização do ensino deve promover a motivação dos estudantes pelo conhecimento, tornando-os agentes ativos de seu aprendizado e transformando sua realidade material e não material. A pesquisa contribui para o desenvolvimento do pensamento teórico nos estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental, alinhando-se com os objetivos do GEPAPe.

A pesquisa de Marta Sueli de Faria Sforzi (2003), "Aprendizagem Conceitual e Organização do Ensino: contribuição da teoria da atividade", examina como o ensino e a aprendizagem de conceitos científicos podem ser mais eficazes, fundamentando-se na Teoria da Atividade, de Leontiev, e nos estudos de Davidov. O objetivo é identificar condições teórico-metodológicas que favoreçam esse processo.

Sforzi (2003) destaca a relação entre escolarização e desenvolvimento dos sujeitos nas sociedades letradas, enfatizando nuances formativas distintas da educação escolar. A autora propõe que o ensino, especialmente de conceitos científicos, promova novas qualidades psíquicas, como o pensamento teórico, por meio da Atividade Orientadora de Ensino (AOE), iniciada com uma situação problema.

A autora argumenta que o ensino de conceitos científicos deve desafiar os estudantes a pensar de maneira diferenciada, promovendo habilidades como questionar, investigar e analisar informações, essenciais para o desenvolvimento cognitivo. Baseando-se na abordagem histórico-cultural, defende que o conhecimento é uma construção cultural codificada em signos e que a aprendizagem ocorre pela apropriação ativa desses elementos culturais. O desafio na organização do ensino é promover a atividade dos estudantes com os conceitos dos diversos componentes curriculares.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

A autora identificou na prática de ensino, indícios da promoção do desenvolvimento psíquico por meio de operações mentais no estudo de conceitos científicos, e optou por observar a presença da reflexão, da análise e do plano interior das ações, que são capacidades psíquicas do pensamento teórico, e se manifestaram na solução de tarefas, relacionadas às operações mentais propostas por Leontiev, em contraste com a abordagem da lógica formal baseada em percepção sensorial, muito comum no ensino fundamental.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nessa direção, compreendemos que a organização do ensino proposta pelos membros do GEPAPe é fundamentada teoricamente nos preceitos da Atividade Orientadora de Ensino, que na sua estrutura encontramos os mesmos elementos da Teoria da Atividade, que são: necessidades, motivos, objetivos, ações e operações. Também metodologicamente, porque propicia a organização do ensino por meio de situações desencadeadoras de aprendizagem, de modo que mobilize as ações do estudante para a resolução de um problema de aprendizagem. Na efetivação da atividade pedagógica que envolve os processos de ensino e de aprendizagem, um processo intrínseco ao professor e o outro ao estudante, na qual a necessidade do professor é ensinar e do estudante é aprender. Portanto, o objetivo do trabalho do professor precisa se transformar em motivo na aprendizagem do estudante, por meio das ações e operações conscientes, requalificando o pensamento de ambos. Percebemos nas pesquisas analisadas que ambas utilizaram:

- a) Definição de conceitos nucleares, motivos, ações, operações;
- b) Realizaram o processo de reflexão, análise e plano interior das ações;
- c) Demonstraram o movimento de organização e formação do pensamento dos estudantes;
- d) Evidenciaram a importância da qualidade das intervenções docentes;
- e) Validaram que é possível organizar o ensino mediado pela Atividade Orientadora de Ensino.

E por fim, concluímos que a Organização do Ensino, proposta pelos membros do GEPAPe, pode ser uma forma de organizar o ensino que seja promotor do desenvolvimento do pensamento teórico para estudantes dos anos iniciais do ensino fundamental.

REFERÊNCIAS

ARAUJO, E.S.; MORAES, S.G. **Dos Princípios da Pesquisa em Educação como Atividade**. In: MOURA, M.O. (org). Educação Escolar e Pesquisa na teoria Histórico-Cultural. 1.ed. São Paulo: Loyola, 2017, p.47-70.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. 2012. **Mediações simbólicas na atividade pedagógica**: contribuições do enfoque histórico-cultural para o ensino e aprendizagem. Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo.

CARAÇA, B. de J. **Conceitos fundamentais da matemática**. Lisboa: Sá da Costa. 1951.

LEONTIEV, A. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Lisboa: Livros Horizonte, 1978.

LEONTIEV, A. N. **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. 9. ed. São Paulo: Ícone, 2017. p 59-83.

MOURA, M. O. de. **A Construção do signo numérico em situação de ensino**. 1992. Tese Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, 1992.

MOURA, M. O. de. **A atividade de ensino como unidade formadora**. Bolema, Ano II, n. 12, 1996.

MOURA, M, O de. **Projeto GEPAPe: Fundamentos da Educação Escolar como Atividade**. Nov. 2005. Mimeo

MOURA, M. O. et al. **Atividade orientadora de ensino**: unidade entre ensino e aprendizagem. Revista Diálogo Educacional, Curitiba: PUC-PR, v. 10, p. 205-229, 2010.

MOURA, M. O. de. (Org). **Educação escolar e pesquisa na Teoria Histórico-Cultural**. São Paulo: Edições Loyola, 2017.

NASCIMENTO, C. P. **A organização do ensino e a formação do pensamento estético-artístico na teoria histórico-cultural**. São Paulo: s.n., 2010.

SFORNI, M. S.de F. **Aprendizagem conceitual e organização do ensino**: contribuições da teoria da atividade. 2003.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.

SFORNI, M. S. F. **O método como base para reflexão sobre um modo geral de organização do ensino**. In: MENDONÇA, S. G. DE L.; PENITENTE, L. A. A.; MILLER, S. (Orgs). A questão do método e a teoria histórico-cultural: bases teóricas e implicações pedagógicas. Marília: Oficina Universitária, São Paulo: Cultura Acadêmica, 2017.

UMBELINO, J.D. **Atividade pedagógica promotora do desenvolvimento humano**: contribuições da educação em Cuba. 1. ed. Curitiba: Appris, 2021

VYGOTSKI, Lev S. (1995). **Historia del Desarrollo de las Funciones Psíquicas Superiores**. Em Lev S. Vygotski. *Obras Escogidas. Tomo III*. Madri: Visor/MEC.



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

EDUCAÇÃO INFANTIL EM FORMAÇÃO: AÇÕES DIDÁTICO- PEDAGÓGICAS RELATOS DA ARTICULAÇÃO ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA

Adélia Mara Schmitt Aguiar - PÓLIS CIVITAS/SEMED
Eliane Theinel Araujo Silva - PÓLIS CIVITA/SEMED
Elizane Cordeiro Severino da Rocha- UNIOESTE/SEMED
Rosane Aparecida Brandalise Corrêa - UNIOESTE/SEMED

RESUMO

O presente artigo analisa uma experiência de formação continuada para professores que atuam com a Educação Infantil de uma Rede Pública municipal, no oeste do Paraná. A formação teve como princípio o aperfeiçoamento dos saberes necessários à atividade docente de modo a suprir possíveis lacunas da formação inicial e promover aprendizagens significativas, que contribuam para um ensino intencional e a sistematização de estratégias e recursos para a organização do trabalho pedagógico articulando teoria e prática. As estratégias tiveram como elemento facilitador os gêneros discursivos, os quais foram explorados considerando as especificidades dessa etapa da educação básica. A fundamentação teórica foi centrada nos pressupostos do Materialismo Histórico-dialético (MHD), da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC).

Palavras-chave: Formação Continuada, Gêneros Discursivos, Educação Infantil

INTRODUÇÃO

A construção de uma formação continuada significativa é um desafio que exige o compromisso de todos os envolvidos, Secretaria de Educação, Instituições de Ensino, Coordenadores Pedagógicos, Diretores e principalmente os professores. É fundamental que todos trabalhem em conjunto para superar os obstáculos existentes.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e o Plano Nacional de Educação (PNE) reconhecem a formação continuada como um direito e um dever dos professores, essencial para o aprimoramento da qualidade da educação brasileira. Partindo deste contexto, o projeto de formação continuada intitulado "*Educação Infantil em Formação*", organizado pela Secretaria Municipal de Educação de um município localizado no oeste do Paraná, apresenta-se como uma iniciativa de qualificação docente e do aprimoramento da prática pedagógica na Educação Infantil.

Com base nos pressupostos filosóficos do Materialismo Histórico-dialético (MHD), da Psicologia Histórico-Cultural (PHC) e da Pedagogia Histórico-Crítica (PHC), os quais fundamentam o Currículo Para Rede Pública Municipal de Ensino – Cascavel - Pr - Educação



XXII ENCONTRO NACIONAL DE DIDÁTICA E PRÁTICAS DE ENSINO

Infantil. O projeto demonstra uma profunda compreensão da complexa natureza do processo educativo, transcendendo a mera transmissão de conhecimentos e adotando uma perspectiva crítica, transformadora e emancipadora.

Os estudos propostos na formação *Educação infantil em formação*, elaborado e desenvolvido por uma equipe de coordenadores pedagógicos vinculadas à Secretária Municipal de Educação do município se caracterizou como contínuo e longitudinal, o qual dialoga com os componentes curriculares das diferentes áreas do conhecimento, articulando o ensino escolar e o desenvolvimento psíquico da criança, propiciando uma unidade na organização didática e na condução pedagógica para a Educação Infantil.

A formação inicial dos professores da Educação Infantil, por vezes, apresenta lacunas que dificultam o desenvolvimento de práticas pedagógicas eficazes e contextualizadas. Diante dessa realidade, a formação continuada é um instrumento fundamental para o aprimoramento dos saberes docentes e a promoção de um ensino de qualidade nessa etapa importante da educação básica.

METODOLOGIA

Neste artigo, apresentamos um relato de experiência da formação continuada na Educação Infantil, realizada com 1.115 professores, que atuam nos Centros Municipais de Educação Infantil e nas Escolas Municipais, os quais foram divididos em 40 turmas. A formação presencial foi ministrada pelas coordenadoras pedagógicas da Secretaria Municipal de Educação, as quais sistematizaram um cronograma de atividades presenciais e leituras complementares, totalizando 16 horas, nos meses de fevereiro a junho de 2024. Essa organização permitiu aos professores ampliar as condições e formas de desenvolver a sua atividade de ensino, imprimindo sua identidade profissional.

Na sequência apresentaremos, de forma breve, o conteúdo e a forma como ocorreu a formação, a qual oportunizou momentos de troca, partilha e sistematização, visando aperfeiçoar a prática pedagógica e a melhoria permanente dos processos de ensino e aprendizagem. As possibilidades didático-pedagógicas tiveram como elemento facilitador os gêneros discursivos, os quais foram explorados considerando as especificidades de cada uma das turmas: Infantil/Infantil I, Infantil II, Infantil III, Infantil IV e Infantil V.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação Infantil se configura como um período essencial o qual demanda um planejamento intencional e sistematizado que contemple a tríade: Conteúdo-Forma-Criança. Essa abordagem instrumentaliza o professor na elaboração de ações de ensino que “considerem o período de desenvolvimento em que a criança se encontra e as especificidades deste período, e que por meio das intervenções permitam o pensar cientificamente, a questionar, a criar hipóteses e a experimentar” (BUSS, SILVA, ROCHA, 2024, p. 87).

Neste sentido, os gêneros discursivos, possibilitam às crianças a construção de uma relação profunda com a linguagem, abrindo portas para o conhecimento, a criatividade e a expressão individual. Para Bakhtin a riqueza e diversidade dos “gêneros do discurso são infinitas porque são inesgotáveis da multiforme atividade humana e porque em cada campo dessa atividade é integral o repertório de gêneros do discurso [...]” (BAKHTIN, 2003, p. 262).

Apresentaremos, na sequência, possibilidades didático-pedagógicas com os gêneros discursivos: cantiga, parlenda, poema, música e história infantil, possibilitando à criança o desenvolvimento da imaginação e do senso artístico, ampliando seu repertório de enredos, seu vocabulário e aproximando-as do mundo da linguagem escrita.

Para as turmas do **Infantil e Infantil I**, o gênero discursivo selecionado foi a “Cantiga”, que faz parte da tradição folclórica brasileira, pois apresenta lembranças de diferentes momentos. São conhecimentos passados de geração em geração, assim esse “gênero de canção é uma manifestação popular, na maioria de autoria anônima, passado oralmente de geração a geração. Nessa transmissão oral, as cantigas são transformadas, adaptando-se às características das crianças que brincam” (REBELLO e ROSA, 2021, p. 10).

O trabalho pedagógico com as cantigas oportuniza a interação e o fortalecimento de vínculos entre o adulto/bebê e seus pares, despertam o interesse, proporcionam a aprendizagem, contribuem para o desenvolvimento da coordenação motora, do equilíbrio, do ritmo e da criatividade.

A compreensão da periodização do desenvolvimento infantil, a partir da atividade principal em cada período, auxilia e proporciona condições para a organização do trabalho pedagógico. No primeiro ano de vida a atividade principal que guia o desenvolvimento é a “*comunicação emocional direta*”. É por meio da comunicação emocional, que o adulto apresenta à criança diferentes objetos, os quais serão manipulados e explorados, essa ação

subsídia a nova atividade principal “*objetal manipulatória*”, que começa a surgir por volta de 1 a 2 anos. Considerando a atividade principal, os conteúdos e objetivos de aprendizagem, elencou-se a cantiga “*Ai bota aqui, ai bota ali o seu pezinho*” e possibilidades de encaminhamentos didático-pedagógicos.

Inicialmente, foi apresentado aos professores o áudio da cantiga e sugerido a realização de algumas ações de ensino como: cantar e dançar instigando os bebês e as crianças a expressarem-se, percebendo as possibilidades e limites do seu corpo no espaço. Verbalizar e indicar as partes do corpo, instigando-os a localizar seus pés, tocando-os e sentindo-os. Complementando essa ação foi proposto a exploração de diferentes texturas por meio de objetos e tapetes sensoriais, confeccionados com diversos materiais, e produção de marcas gráficas a partir do caminhar e engatinhar sobre tintas. Durante essa atividade, identificar e verbalizar sentimentos e emoções (cócegas, arrepios, alegria, tranquilidade, desconforto) que os bebês e crianças podem sentir ao expressar choro, riso e balbucio.

Portanto, “o deslocamento no espaço até o domínio da marcha, dos primeiros balbucios à compreensão primária da linguagem oral e a ação com os objetos são atividades centrais do primeiro ano de vida” (LAZARETTI, MAGALHÃES, 2024, p.18).

Como possibilidade de recurso pedagógico foi sugerido a confecção de um rolo sensorial com diferentes texturas, para que rolem para frente e para trás com os pés, percebendo que com o movimento as pedrinhas dentro do rolo produzem som e que os materiais possuem diferentes texturas. Com esse recurso também pode ser realizada a exploração e identificação das demais partes do corpo, a partir do reconhecimento de si e do outro.

Em síntese, a exploração da cantiga, apresentou possibilidades de encaminhamentos didático-pedagógicos desde o reconhecimento do próprio corpo, expressar sensações, interagir com outros bebês e crianças da mesma faixa etária e adultos ao explorar espaços, materiais, objetos, brinquedos, percebendo as possibilidades e limites do corpo durante as interações e brincadeiras.

Para as turmas do **Infantil II**, o gênero discursivo selecionado foi a “Parlenda” a qual é constituída de textos curtos com combinações de palavras, geralmente com temas infantis e que fazem parte das manifestações culturais e do folclore brasileiro. As rimas contidas nas parlendas, são de fácil memorização, apresentam ritmo e métrica quando recitadas, auxiliando a criança na compreensão e relação entre leitura e escrita.

Para trabalhar esse gênero com crianças de dois e três anos, em que a atividade principal é objetual manipulatória, atividade que requalifica a relação da criança com “os objetos do entorno: passam a ter destaque não mais as propriedades externas dos objetos, mas sua função social e o modo de sua utilização historicamente desenvolvido pela sociedade” (PASQUALINI, 2017, p. 79).

Neste viés, para explorar o objeto-brinquedo “Pipa”, conhecida em todo o Brasil por nomes diferentes como: papagaio, arraia, gaivota, quadrado, entre vários outros nomes. Foi selecionada a parlenda “*Pipa Pipinha*”, interpretada por Marcelo Serralva, que apresenta elementos que instigam a imaginação e memórias afetivas das crianças, a qual foi apresentada escrita em cartaz ilustrado para ser recitada pelo professor e retomada por meio vídeo. As parlendas ilustradas, se destacam como um recurso didático-pedagógico que estimula a aprendizagem de forma lúdica, pois “as atividades lúdicas aprimoram e enriquecem as experiências das crianças” (BUSS, LIMA, ROCHA, 2024, p.52).

A dramatização de parlendas com as crianças, propiciam a exploração das ações e de movimentos, como: voando baixinho, voava bem alto e bem longe do chão e a imitação de animais e objetos que fazem parte do enredo. Essa parlenda oportuniza o contato com o brinquedo popular “pipa” que pode ser confeccionado com materiais não estruturados explorando as cores, texturas e formas, permitindo variadas formas de brincar e explorar diferentes espaços.

Na sequência a proposição foi construir com as crianças a pipa de mão ou uma pipa grande utilizando um bambolê e fitas de tecido coloridas, objetivando desenvolver e possibilitar, movimentos corporais, ampliando a coordenação viso-motora e a percepção sensorial, ao brincar com a pipa. Providenciar diferentes tipos de pipas para que as crianças possam manipular e explorar, ampliar a percepção visual e a memória das crianças foi proposto um jogo das semelhanças e diferenças com imagens de pipas em diferentes formatos. Para confecção desse jogo pode ser utilizado tampas de caixa de pizza, pratinhos de isopor ou de papelão com as imagens do lado de dentro das tampas/pratos. As imagens devem estar com os diferentes nomes que o brinquedo é conhecido, proporcionando às crianças o contato com a escrita, para iniciar a diferenciação dos símbolos gráficos.

Desta forma, no brincar a criança aprenderá sobre o significado e sentido dos objetos, portanto é necessário que o professor selecione recursos didático-pedagógicos e elabore

estratégias de ensino significativas, que instiguem a imaginação e as memórias afetivas das crianças.

Para as turmas do **Infantil III**, o gênero discursivo selecionado foi “Poema”, o qual permeia o universo infantil trazendo ludicidade e permite que as crianças explorem sua criatividade e imaginação, pois a brincadeira com as palavras contribui para o desenvolvimento e apropriação dos conteúdos.

Considerando o período do desenvolvimento em que a atividade principal é objetal manipulatória, elencou-se o poema "*O Caracol Viajante*", de Sônia Junqueira. Essa exploração poderá iniciar com um cartaz, com partes da escrita do poema, em uma altura acessível às crianças, para que consigam tocar e acompanhar a leitura apontada realizada pelo professor. Explorar a narrativa do poema em uma roda de conversa, destacando que o caracol viaja com sua casa nas costas, mas que nós precisamos de malas ou bolsas para levar nossos objetos pessoais (roupas, calçados, objetos de higiene).

Apresentar às crianças uma mala de viagem ou uma caixa de papelão que represente este objeto, alguns conceitos podem ser explorados: se está cheia ou vazia, leve ou pesada. Posteriormente mostrar uma caixa com diversos objetos pessoais, deixar que as crianças manipulem e façam descobertas. Em seguida, cada criança deverá escolher um objeto e colocá-lo na mala, o professor deverá mediar verbalizando o nome dos objetos e sua função social. Depois da participação de todos, relacionar como a mala estava e como ficou fazendo tentativas de segurá-la.

O poema, destaca o nome do personagem principal Caracol Rodolfo, considerando que “o nome é uma palavra carregada de significado e, aos poucos, além de apropriarem-se das letras do próprio nome, começam a internalizar as letras dos nomes dos colegas” (Cascavel, 2020 p, 283). O trabalho com nome é de suma importância na Educação Infantil, todas as crianças têm um nome e uma história com vivências e experiências diversas. Uma estratégia é o trabalho com a caixa dos nomes, cada um pega uma ficha, o nome que for chamado deverá falar para onde já viajou ou passou com sua família, oportunizando que as crianças se expressem e falem sobre sua convivência com seus familiares.

Durante o momento dessa partilha, as intervenções do professor utilizando o calendário ou as imagens com a rotina irão auxiliar quanto à percepção do tempo, fazendo referências com as atividades realizadas ontem e hoje, antes e depois no contexto escolar. Para as crianças pequenas a percepção de tempo (ontem e amanhã, antes e depois) ainda é abstrata. Sendo

necessário considerar que as atividades cotidianas nas brincadeiras, nas experiências corporais propostas na rotina escolar contribuem para a compreensão da passagem do tempo.

Como recurso didático-pedagógico a proposta é jogo de “Sequências no Tempo”, em que o professor confecciona peças em papelão ou em madeira, com imagens que apresentem os conceitos de tempo. Após as crianças se familiarizarem com o material oportunizar que expressem suas ideias sobre as sequências dos acontecimentos em que cada situação que ocorreu, solicitando que organizem na ordem correta, relacionando os conceitos de antes, durante e depois.

Assim, o poema propicia um trabalho sistematizado contribuindo para desenvolver a criatividade e imaginação, ao brincar com as palavras do poema, ao manipular objetos na mala de viagem; ao explorar o nome e a partilha de experiências, ao jogar "Sequências no Tempo" as crianças exploram seu potencial criativo e fortalecem sua identidade.

Para as turmas do **Infantil IV**, o gênero discursivo selecionado foi a “Música”, pois é uma forma de linguagem que se faz presente em vários momentos da vida e exerce um papel importante na formação do ser humano. Por meio da linguagem musical é possível oportunizar o desenvolvimento da linguagem oral, da expressividade, da criatividade, da atenção e da afetividade.

Um ponto importante na seleção deste gênero é atentar-se para produções artísticas que expressam uma cultura infantil que valoriza e respeita a infância e suas especificidades. Por isso, além das músicas que fazem parte do repertório cultural brasileiro, podemos dar acesso às crianças a produções artísticas voltadas para esse período do desenvolvimento, a “infância”.

Neste viés, selecionamos dentre o universo de músicas infantis de qualidade sonora, a música “Vambora tá na hora”, do grupo Palavra Cantada, pois além de apresentar diferentes instrumentos e sonoridades a letra é carregada de conteúdos que podem ser explorados de forma lúdica e contextualizada. Ao pensarmos em possibilidades de encaminhamentos didático-pedagógicos, consideramos a atividade principal que guia o desenvolvimento infantil, a brincadeira de papéis sociais, a qual “apresenta uma estrutura que se inicia por uma ação lúdica isolada com determinado objeto real” (Cascavel, 2020 p. 42).

O enredo da música, articulado aos conteúdos dos componentes curriculares de Matemática, Língua Portuguesa, História e Geografia, parte da curiosidade infantil, buscando criar motivos e necessidades de aprendizagem para o que se quer ensinar. Para isso, sugerimos a criação de um cenário que desperte o interesse e a atenção das crianças utilizando uma mala,

elemento que pode fazer parte de um contexto de viagem. Provocar a participação das crianças por meio de indagações “Vocês conhecem esse objeto?” Já usaram uma mala de viagem? O que podemos levar dentro da mala de viagem? Para qual lugar você iria usando uma mala? Criar propostas de escritas coletivas listando quais itens levariam em uma mala de viagem tendo o professor como escriba. Contextualizar o objeto dizendo, que a mala está na sala porque hoje teremos um convite especial, vamos conhecer e viajar pelo mundo da imaginação com a música “Vambora, Tá na Hora”.

Explorar a melodia, ritmo e a letra da música, deixar que as crianças se divirtam fazendo movimentos e gestos, enquanto aprendem a canção. Apresentar um cartaz com a letra da música, fazer a leitura apontada. Propor para as crianças criarem uma lista coletiva de itens que podem ser levados em uma mala de viagem, para isso pedir que pesquisem em revistas, livros ou encartes figuras que representem esses itens e montar um cartaz.

Em um contexto lúdico propor para as crianças a “brincadeira da Mala Maluca”, uma forma divertida de relacionar objetos com a escrita de palavras, uma criança de cada vez, com a ajuda do professor irá escolher uma letra e relacionar a um objeto que inicie com a mesma letra. As crianças deverão completar essa frase: “Na minha viagem vou levar um...” ao final da brincadeira verificar quantas coisas estranhas essa turminha levará nessa mala.

Para auxiliar no desenvolvimento da linguagem corporal, atenção e concentração, propomos a “brincadeira de Mímica”, utilizando figuras dos itens que podem ser levados na mala. Nesta brincadeira, as crianças irão fazer gestos e movimentos com o corpo para demonstrar como podemos utilizar esse objeto e dos demais participantes deverão adivinhar qual objeto em questão.

A música “Vambora, tá na hora” nos convida a explorar conteúdos matemáticos como o senso numérico, gráfico, formas geométricas, entre outros. A proposta é realizar levantamento de dados, pesquisar entre as crianças com quais meios de transportes já viajaram: carro, trem, avião, navio, caminhão, ônibus, entre outros, com as informações montar um gráfico com as respostas, comparando quantidades.

Por meio da construção de carros de papelão, explorar a partir das caixas medidas de comprimento e massa, figuras geométricas espaciais. Essa produção permite criar situações lúdicas e brincadeiras que envolvem jogos de papéis sociais, com a finalidade de promover interações entre as crianças e as crianças e os adultos, sendo uma metodologia pedagógica que permite à criança aprender brincando, tornando a aprendizagem significativa. Tendo em vista

que a criança é atuante no trânsito hoje, como pedestre, passageira e ciclista, planejar ações para se trabalhar esse conteúdo na escola/CMEI, possibilita ensiná-los desde pequenos a forma correta de atuar neste cenário. Partindo do conhecimento do trajeto que fazem de casa para a escola e vice-versa, podemos favorecer os cuidados para um trânsito mais seguro, orientar sobre a travessia segura na faixa de pedestre, e outras regras. Outra proposta para a brincadeira de papéis sociais é a confecção da carteira de motorista. Com essa brincadeira podemos favorecer o desenvolvimento de atitudes conscientes e harmônicas dos grupos sociais, a partir dos conhecimentos de direitos e deveres.

Assim, explorar o enredo da música, por meio de diferentes ações de ensino temas variados e regras a serem construídas junto com as crianças, bem como promover as brincadeiras de papéis sociais, é essencial para o desenvolvimento do psíquico das crianças.

Para as turmas do **Infantil V**, o gênero discursivo selecionado foi “História Infantil”, que se configura como um instrumento enriquecedor, ao passo que a atividade principal da criança neste período é a brincadeira de papéis sociais, e que ao se colocar no lugar do personagem, vivenciam diferentes enredos, em que, “o motivo da brincadeira é representar pessoas em suas ações e relações, tendo como conteúdo a atividade humana, apropriando-se de conhecimentos, valores, normas sociais, regras de comportamento[...]” (Cascavel, 2020, p. 43).

Ao ouvir histórias a criança se envolve nos enredos abordados, passando a interpretar o texto, vivenciar diferentes emoções, aguça a criatividade, fortalece a capacidade de concentração e raciocínio lógico, auxilia na identificação e compreensão das próprias emoções, desperta a empatia e a sensibilidade nas suas relações sociais.

Como possibilidades de encaminhamentos didático-pedagógicos, propôs-se a organização de uma caixa intitulada “Que história é essa?”, configurando-se em um instrumento que irá instigar a memória e a participação ativa das crianças. Para organizá-la, foram coletadas imagens de cenários das histórias já contadas, ou algum elemento que faça menção aos enredos abordados. Inicialmente mostrar apenas a imagem, após as crianças darem seus palpites sobre qual é a história revelar o nome que fica na dobra da folha. A caixa também pode ser utilizada como ponto de partida para contar a história, com o próprio livro, imagens, objetos e outros itens, bem como possibilitar a retomada da mesma, em que as crianças terão que lembrar o nome da história e o que ocorreu, como uma forma de instigar a memória, o cenário, as paisagens, entre outros. Deste modo, “as histórias infantis, além de fazerem parte dos gêneros

discursivos presentes na nossa cultura, permitem que a criança experiencie e vivencie situações imaginárias e de interação comunicativa” (ALBANO, CORRÊA, 2024, p. 132).

A preparação para a contação de uma história pode ser realizada de forma interativa, para que a criança passe a organizar seu pensamento e centrar a atenção no que será proposto, formando memórias dos enredos. Neste sentido o anúncio desse momento pode ocorrer com uma música ou ao recitar algo que anuncie que lá vem a história.

O livro “O menino e o muro”, da autora Sonia Junqueira, relata a história de um menino que ao ver um muro cinzento, põe a imaginação na ponta de um pincel e pinta a alegria em mil cores. Essa história contempla conteúdos e conceitos que permitem ampliar o repertório das crianças, a iniciar pela exploração do título, no qual as palavras começam e terminam com a mesma letra.

O cenário para a contação pode ser o espaço externo, para que as crianças observem os muros da instituição de ensino, fazendo referências com relação às suas características, de modo que percebam diferenças e semelhanças entre as diferentes paisagens. Permitindo que se familiarizem com o enredo e compreendam a sequência dos fatos. A partir do conhecimento da história, propor que as crianças realizem as ações que aparecem na narrativa, se colocando no lugar do menino, oportunizando a exploração dos conteúdos.

Dentre as várias coisas que o menino desenhou, solicitar que escolham o que gostariam de desenhar e que o fizessem em uma folha de papel para montar um painel representando o muro da história, no qual todos possam visualizar e depois comparar com o livro, mediados pela intervenção do professor identificar o que foi desenhado para registrar no quadro em forma de uma lista, tendo o professor como escriba.

Utilizando o livro ou as imagens do vídeo, as crianças com a intervenção do professor podem ser levadas a perceber quais desenhos faltaram e o professor escreve no quadro, em seguida as crianças realizam o registro individual de uma das listas. Para significar essa ação as palavras podem ser feitas em tiras de papel e depois destacar a letra inicial para que coletivamente coloquem em ordem alfabética com a mediação do professor e consulta ao alfabeto quando necessário. Com a lista dos itens que não forem desenhados, explorar as palavras e fazer a sonorização das letras. Organizar uma folha com as imagens dos itens que faltaram e solicitar que as crianças recortem e coleem em uma outra tabela identificando e diferenciando o que são letras, números e outros elementos gráficos.

Assim, com ações de ensino, sistematizadas e intencionais utilizando recursos e estratégias como as histórias infantis, que “têm papel fundamental no desenvolvimento infantil, sendo imprescindível uma organicidade e sistematização a partir dos conteúdos acerca do mundo social e natural” (Buss, Silva, Rocha, p.2024 p.72), as crianças da Educação Infantil terão a oportunidade de aprender e se desenvolver de uma maneira significativa, sem perder as especificidades da infância e compreender as relações sociais, reconhecendo-se neste contexto.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A exploração lúdica contextualizada e sistematizada intencionalmente dos gêneros discursivos: cantiga, parlenda, poema, música e história infantil, oportunizou aos professores refletir criticamente sobre sua prática pedagógica, reconhecendo-a como um processo histórico e socialmente constituído. Essa reflexão, ancorada nos pressupostos da PHC, permitiu aos professores transcenderem a mera reprodução dos conteúdos e métodos, assumindo um papel ativo no processo de ensino comprometido com a formação humana. Consideramos que a formação continuada contribuiu de maneira efetiva rumo ao ensino desenvolvente para os bebês e as crianças da Educação Infantil, como resultado deste processo formativo, está sendo elaborado um Caderno Pedagógico que contempla o Trabalho com os gêneros discursivos na Educação Infantil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A formação continuada "Educação Infantil em Formação", subsidiou a compreensão das especificidades de cada faixa etária, reconhecendo-as como produtos das relações sociais e culturais em que as crianças estão inseridas. Essa compreensão dialética do desenvolvimento infantil orientou a seleção de conteúdos e possibilidades didático-pedagógicas considerando a atividade principal do desenvolvimento infantil, as interações e brincadeiras de modo a oportunizar uma aprendizagem significativa e desenvolvente.

Essa formação atrelou teoria e prática na vivência das atividades com os professores, os quais foram desafiados a efetivar os conhecimentos adquiridos, experimentando novas estratégias, constituindo e aprimorando seus saberes docentes.

Para além das considerações apresentadas nesta experiência, de como formação continuada do município do oeste do Paraná foi estruturada, concluímos que os estudos e reflexões no espaço de formação precisa ser contínuo, de modo a fortalecer a interlocução entre a teoria e a prática pedagógica, com base nos pressupostos teóricos assumidos pela rede de ensino. Contudo, percebemos ainda algumas lacunas que necessitam ser elucidadas, no que se refere à efetivação e aplicabilidade da formação por parte dos professores, bem como aspectos que necessitam ser ampliados por meio de estratégias que podem ser utilizadas na Educação Infantil.

REFERÊNCIAS

ALBANO, M. A; CORRÊA, R. A. B.; **Senta que lá vem história: As práticas de leitura na Educação Infantil**. In: LAZZARETTI, L. M.; SCHMITT, S. L.; [Orgs.] Didática na Educação Infantil: possibilidades educativas com bebês e crianças pequenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

BAKHTIN, M. **Estética da criação verbal** / Mikhail Bakhtin; Introdução e tradução do russo Paulo Bezerra; prefácio à edição francesa Tzvetan Todorov. - 4ª ed. - São Paulo: Martins Fontes, 2003. - (Coleção biblioteca universal),

BUSS, A. C. G; LIMA, M. O; ROCHA, E. C. S: **As linguagens da Arte na Educação Infantil: experiências e vivências humanizadoras**. In: LAZZARETTI, L. M.; SCHMITT, S. L.; [Orgs.] Didática na Educação Infantil: possibilidades educativas com bebês e crianças pequenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

BUSS, A. C. G; SILVA, E. T. A. S; ROCHA, E. C. S: **Quem abriu a torneira do Céu? O ensino e o encanto pelos fenômenos da natureza na educação infantil** In: LAZZARETTI, L.M.; SCHMITT, S. L.; [Orgs.] Didática na Educação Infantil: possibilidades educativas com bebês e crianças pequenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

CASCAVEL (PR), **Secretaria Municipal de Educação. Currículo para a Rede Pública de Ensino de Cascavel: volume I: Educação Infantil**. Cascavel, 2020.

REBELLO, E.; ROSA, Helenice, S. V. **A cantiga de roda como instrumento pedagógico na educação infantil**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 06, Ed. 11, Vol. 07, pp. 05-24. Novembro 2021. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/cantiga-de-roda>, DOI: 10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/cantiga-de-roda

LAZZARETTI, L.M.; SCHMITT, S. L.; [Orgs.] Didática na Educação Infantil: possibilidades educativas com bebês e crianças pequenas. São Carlos: Pedro & João Editores, 2024.

MARTINS, L.M; ABRANTES, A.A.; FACCI, M.G.D Periodização histórico-cultural do desenvolvimento psíquico: do nascimento à velhice. Campinas: Autores Associados, 2016.